

Caixa suspenderá prestações de imóveis por mais dois meses

A partir de segunda-feira, os clientes poderão solicitar a nova prorrogação nos pagamentos. Com ampliação, a pausa total passa de 120 para 180 dias

EDUARDO CAMPOS E PATRICIA VALLE
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA E RIO

O presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, confirmou a ampliação por mais 60 dias na pausa do pagamento das prestações da casa própria, totalizando seis meses.

Segundo Guimarães, o cliente deve solicitar a nova suspensão do pagamento, a partir da próxima segunda-feira. O pedido pode ser feito pelo aplicativo Habitação Caixa, ou pelos telefones 3004-1105; 0800 726 0505 (opção 7); ou 0800 726 8068 (opção 2 - 4).

Anunciada em março, por 60 dias, e posteriormente ampliada para até quatro meses, a suspensão total nos pagamentos passa a ser de 180 dias.

Até o momento, mais de 2,5 milhões de contratos estão com pagamento suspenso, totalizando R\$ 8,6 bilhões, considerando contratos com recursos do FGTS e da poupança. Com a prorrogação para até seis meses, a Caixa avalia que mais R\$ 4,46 bilhões deixarão de ser pagos.

A medida também abrange beneficiários do programa Minha Casa Minha Vida com renda acima de R\$ 1.800. Mas as famílias mais pobres, com renda abaixo desse valor (enquadradas na Faixa 1 do programa), continuam tendo que pagar normalmente as prestações, que variam entre R\$ 80 e R\$ 270.

Na segunda-feira, no entanto, a Câmara dos Deputados aprovou um



Prestações. Desde março, pausa nos pagamentos passou de 60 dias para 120 dias e, agora, 180 dias

projeto (PL975) que suspende o pagamento de parcelas para a Faixa 1 do programa enquanto perdurar o estado de calamidade pública devido à pandemia e até 90 dias depois de seu término. A proposta ainda tem de ser votada no Senado.

O projeto determina, ainda, que não poderão ser cobrados juros e mora por atraso de pagamento sobre as parcelas suspensas.

ALÍVIO NA PRESTAÇÃO TEM CUSTO

A possibilidade de pausar as parcelas do financiamento imobiliário dá um alívio ao mutuário, mas tem cus-

tos. Animadas pelas propagandas dos bancos, muitas pessoas pensaram que não incidiriam juros durante o período de interrupção dos pagamentos. Houve até quem pensasse que não precisaria honrar as prestações.

Em nota, a Caixa explica que “durante o período de pausa, o contrato não está isento da incidência de juros remuneratórios, seguros e taxas. Os valores dos encargos pausados são acrescidos ao saldo devedor do contrato e diluídos no prazo remanescente. A taxa de juros e o prazo contratados inicialmente não sofrem alteração.”

Para privatizar a Eletrobras, governo pode criar nova estatal

Companhia ficaria com ativos como a usina de Itaipu e o complexo nuclear de Angra dos Reis

RAMONA ORDOÑEZ
ramona@oglobo.com.br

O governo federal estuda criar uma nova estatal como parte de seus planos para privatizar a Eletrobras, segundo documentos divulgados pela empresa ao mercado no início da semana.

De acordo com um ofício enviado à estatal e tornado público pela companhia, o Ministério de Minas e Energia solicitou a inclusão de R\$ 4 bilhões no orçamento de 2021 para prever recursos “caso se faça necessária” a nova empresa pública.

Assinado por Marisete Pereira, secretária-executiva da pasta, o documento destaca que o projeto de lei que propõe a desestatização prevê a criação de uma estatal que ficaria com ativos como a usina binacional de Itaipu e o complexo nuclear de Angra dos Reis, além de programas de governo no setor elétrico.

“Caso o Congresso Nacional aprove o projeto de lei 5.877 de 2019 (da privatização) até 2021, a previsão de tais recursos na referida lei Orçamentária se faz indispensável”, afirma o ofício, ao ressaltar que o lançamento da nova empresa só

aconteceria em caso de aprovação da proposta para a Eletrobras, maior companhia do setor elétrico da América Latina.

Pela Constituição brasileira, usinas nucleares não podem ser operadas por agentes privados, enquanto a hidrelétrica de Itaipu foi viabilizada em acordo binacional com o Paraguai e também não poderia ser privatizada.

PARA 2021

O governo prevê levantar cerca de R\$ 16 bilhões com a privatização da Eletrobras, que aconteceria por meio de uma capitalização da companhia com a emissão de novas ações, e envolveria pagamento de outorgas à União.

A operação poderá ser realizada no primeiro semestre de 2021, caso o projeto de lei seja aprovado pelos parlamentares ainda neste ano.

No início do mês, porém, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que o Congresso “difícilmente” vai aprovar alguma privatização em 2020, apesar de o ministro da Economia, Paulo Guedes, ter sugerido que haverá “quatro grandes privatizações em 90 dias”. (Com agências)

SEU NEGÓCIO PODE ATÉ ESTAR NA INTERNET. MAS SERÁ QUE ELE É DIGITAL?



Chegou o curso online
COMO LEVAR SEU NEGÓCIO PARA A ERA DIGITAL E INOVAR POR VALOR INVESTE

Ter um site é bom, mas não é tudo. Inovação nos negócios é mais do que isso. No curso Como Levar Seu Negócio Para a Era Digital e Inovar, uma parceria do Valor Investe com a ESPM, você vai aprender como preparar seu negócio para entrar com os dois pés na era digital.



De 17 a 20 de agosto
Um curso 100% online, com cases reais apresentados por nomes de peso da economia digital.

INSCREVA-SE AGORA MESMO, OU ACESSE:
<https://bit.ly/2NZUs8j>

Valor **investe**

ESPM